MENSAGEM Nº 24 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1.978

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a essa Magna Casa Legislativa, para apreciação de Vossa Excelência e dos Nobres Edis, componentes desse Legislativo, o Projeto de Lei que dispoe sobre nova redação ao Codigo Tributário do Municipio, face a que vários dos dispositivos contidos na Lei nº 148, de 26 de Dezembro de 1.974, já se encontram superados.

Tendo em vista a intenção do Executivo Barreirense de execução do Cadastro Imobiliário, com o aperfeiçoamento do Setor de Coordenação Fiscal, da Administração, - necessário se torna, ou melhor, impoe-se a instituição de um Código Tributário condizente com as melhores tecnicas tributárias.

Procede-se, portanto, à adoção de um instrumento de planejamento que colocará à disposição da Administração Publica Municipal, o mais moderno sistema de tributação para uma, consequentemente, melhor arrecadação.

Antecipando-se ao Cadastro Imobiliário, se impõe à Administração, a elaboração de novo Codigo Tributário para vigencia no exercicio de 1.979 e subsequentes e tomadas as providências cabiveis, entrego ao Legislativo, para aprovação pelos ilustres Edis, em regime de urgência, a mencionada peça.

A maior inovação constante do documento consiste na criação de um Fator Tributário Municipal, através do qual a Administração procederá dentro da melhor tecnica, à atualização dos Tributos, segundo os limites fixados em ob

servância às leis vigentes e que vinculam o limite máximo tendo como parâmetro a Correção das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - O.R.T.N.

Criado o F.T.M. - Fator Tributário Municipal, todos os Impostos e Taxas, girarão em torno dele, o que padroniza a forma de apuração das obrigações dos contribuintes com os cofres publicos Municipais.

Usou o Executivo, muito critério na elaboração do Codigo, para que não surgissem aberrações tributárias, distribuindo-se Justiça Fiscal, o que pode ser notado através de estudo do Codigo Tributário.

Considere-se que o Municipio de São José do - Barreiro deve, forçosamente trabalhar a sua Receita propria, se levarmos em conta que possui um dos ultimos indices de I.C.M. - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias do Estado de São Paulo.

Considere-se ainda o fato de que Bananal e Queluz, cidades vizinhas, nossas co-irmãs, já possuem o seu Cadastro Tecnico Imobiliário, com Codigo Tributário moldado nas melhores tecnicas atuais.

Quando da ocasião do pagamento dos serviços de Execução do Cadastro Imobiliário, observe-se que os recursos originar-se-ão do proprio serviço, que propiciará melhor arrecadação ao Municipio, tratando-se destarte, de um investimento auto-pagável.

Servirá ainda o cadastro Imobiliário que se pretende implantar, para a correção da documentação de propriedade dos Barreirenses, que na sua grande maioria, possue documentos em discrepância com a medição real do imovel.

Face ao exposto, dado este passo para atingir os objetivos a que se propõe a Administração Publica Municipal, solicito ao Legislativo, imbuido que está de parti

cipar do processo evolutivo, aprovação dentro da maior urgência possível, ao presente diploma legal.

Na oportunidade, apresento à Vossa Excelência e Nobres Vereadores, protestos de estima e real - consideração e apreço.

JOSIAS DE MARINS FREIRE
Prefeito Municipal

À Sua Excelência, o Senhor
THECLO ANTERO MONTEIRO
DD Presidente da Camara Municipal de
SÃO JOSE DO BARREIRO - S.P.

Lei 241 de 30-12-78

PROJETO DE LEI Nº 241/78, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1.978

(Dá nova redação ao CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO de São José do Barreiro, Estado de São Paulo).

JOSIAS DE MARINS FREIRE, Prefeito Municipal de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de São José do Barreiro, aprova e ele sanciona o promulga a seguinte Lei :

Lei nº 241 de 30/12/78

TÍTULO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Capítulo I - Disposições Preliminares

Artigo 1º - Esta Lei dá nova redação ao Código Tributário do Município, dispondo sobre os fatos geradores, contribuintes, bases de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo de competência Municipal, disciplinando a aplicação de penalidades, a cencessão de isenções e a apresentação de reclamações e recursos, e definindo as obrigações acessórias e as responsabilidades dos contribuintes.

Artigo 2º - As relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes são regidas pelas normas aplicáveis da Constituição Federal e pelas disposições constantes da Lei nº 5.172 de 25 de Outubro de 1.966 (Código Tributário Nacional) e de legislação pasterior que o modifique.

Artigo 3º - Compõem o sistema tributário do Município :

I - Os Impostos

a) sobre a propriedade territorial urbana;

b) sobre a propriedade predial urbana;

c) sobre serviços de qualquer natureza.

II - As Taxas

a) as taxas decorrentes do exercício do Poder de Polícia Administrativa;

b) as taxas decorrentes da utilização efetiva de serviços públicos, específicos e divisíveis, ou da símples disponibilidade desses serviços, pelos contribuintes.

III - A Contribuição de Melhoria

Artigo 4º - O Executivo estabelecerá preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos, para quaisquer outros serviços cuja natureza não compete a cobrança de taxas, por meio de Decreto, principalmente para as tarifas de esgotos, mercados, matadouros, cemitérios, pavimentação e outras tarifas que se façam necessárias.

Capítulo II - Fator Tributário Municipal :(F T M)

Artigo 5º - Obedecidas as normas de legislação federal e os dispositivos deste Código referentes especificamente a cada tributo, o Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana (IPTU) e as taxas previstas serão

anualmente atualizadas com referência a um Fator Tributário Municipal, referido pela sigla FTM.

Artigo 6º - O F T M é o valor fixado expressamente pelo Poder Executivo, e será reajustado anualmente por Decreto.

1979 - valor - Cr$ 5.000,00

Mutacoês do FTM,

Decreto n: 63 de 31-12-1969.

FPM em 1980 ——————— = 6.000,00

FTM para 1981 - Decreto n: 87 - 31/12/80 = 9.000.00 (pag. 55 do Decreto nº. 5

FTM para 1982 - " " 121/12/12/81 = 15.300.00

FTM para 1983 " " 127/12/82 = 22,950.00

FTM para 1984 " "

FTM para 1985 " " 1/12 83 = 45,900,00

= 91,800.00

FATOR TRIBUTARIO MUNICIPAL em 1986 = ~~CZB~~ 45.900.000

FTM para 1987 " " " CZB 22.950,00

FTM para 1988 " " CZB 145.500,00

FTM para 1989 " " NCZB 72.750,00

FTM para 1990 " " NCZB 654,75

FTM para 1991 " " " 25.000.00

F.T.M. " 1992 " " 144,000,00

FTM " 1993 " " 1.830.096,00

FTM. " 1994 " " CZ$ 48.680,40

FTM " 1995 " " RB 60.850,50 | 71.619,55

TÍTULO II

DOS IMPOSTOS

Capítulo I - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (I T U)

Seção I - Fato Gerador e Contribuinte

Artigo 7º O Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana referido pela sigla ITU, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de terreno localizado na zona urbana do Município, observando-se o disposto no artigo 11 desta Lei.

Artigo 8º - Para todos os efeitos legais considera-se ocorrido o fato gerador no primeiro dia de cada ano.

Artigo 9º Para os efeitos de incidência do ITU, considera-se terreno o solo sem benfeitoria ou edificação, e, bem assim, aquele que contenha :

a) construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;
b) construção em andamento ou paralizada;
c) construção em ruínas, em demolição ou interditada.

Artigo 10º - O ITU não incide sobre terrenos que, mesmo localizados em zona urbana, sejam comprovadamente utilizados para fins de exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial e que tenham área superior a 1 (HUM) hectare.

§ 1º - Nos termos da Lei nº 5.868, de 12 de Dezembro de 1.972, obedecida a interpretação que os órgãos federais competentes derem à matéria, o ITU poderá incidir sobre imóveis localizados fora da zona urbana que comprovadamente não se caracterizem como imóvel rural: seja por suas dimensões, seja por sua destinação.

§ 2º - Imediatamente após qualquer alteração do instrumento legal que determine a zona urbana de município o Executivo entrará em contato com a entidade encarregada de cobrar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, com vistas a ajustar os cadastros da referida entidade e da Fazenda Municipal à modificação ocorrida.

Artigo 11 - Entende-se como zona urbana a definida em Lei Municipal, observando o requisito mínimo de existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
II - abastecimento de água;
III - sistema de esgostos sanitários;
IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
V - escola ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Parágrafo Único - A Lei Municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelo órgão competente da Prefeitura, destinados à habitação, às industrias, ou ao

ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos deste artigo.

Artigo 12 - O contribuinte do ITU é o proprietário do terreno, titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo Único - O ITU constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade do mesmo ou de direitos reais a ela relativos.

Seção II - Base de Cálculo e Alíquota

Artigo 13 - A base de cálculo do ITU é o valor venal do terreno, conforme planta de valores do Cadastro Imobiliário do Município, ao qual se aplica a alíquota de 1% (hum por cento), de acordo com a seguinte fórmula:

$$ITU = V_{vt} \times 0,01$$

onde-:

ITU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana;

V_{vt} - Valor venal do terreno;

0,01 - Alíquota.

Artigo 14 - O valor venal dos terrenos sujeitos ao ITU será anualmente atualizado a partir de dados constantes do Cadastro Imobiliário do Município.

Artigo 15 - Para a atualização anual do valor venal dos terrenos, nos termos do artigo 5º, adotar-se-á a seguinte fórmula :

$$V_{vt} = T \times S$$

onde-:

V_{vt} - valor venal do terreno;

T - Valor territorial anterior;

S - Coeficiente corretivo de situação do F.T.M.

Artigo 16 - A apuração dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do ITU será aprovada por Decreto Executivo, no qual estarão também definidos os critérios gerais ou específicos para tanto, nos termos dos artigos 13 e 15 desta Lei.

Artigo 17 - Desde que prevista em lei especial, poderão ser estabelecidos outras alíquotas que incentivem o contribuinte ao cumprimento de exigências previstas em planos urbanísticos aprovados pela Câmara Municipal.

Seção III - Lançamento e Arrecadação

Artigo 18 - O lançamento do ITU, sempre que cabível e possível será feito em conjunto com os demais tributos municipais que incidem sobre o imóvel por base a situação existente ao se encerrar o exercício anterior.

Artigo 19 - Far-se-á o lançamento no nome sob o qual o terreno estiver inscrito no Cadastro Imobiliário.

§1º - No caso de condomínios, far-se-á o lançamento em nome de qualquer dos condomínios, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do tributo.

§ 2º - O cálculo do imposto e o lançamento serão feitos ainda que não se conheça o contribuinte.

§ 3º - O terreno que seja objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso terá o lançamento feito em nome do enfiteuta, do usufrutário ou do fiduciário.

§ 4º - O terreno pertencente a massas falidas ou a sociedade em liquidação terá o lançamento feito em nome das mesmas, enviando-se os avisos ou notificações a seus representantes legais.

§ 5º - O terreno que seja objeto de compromissos de compra e venda será lançado em nome do promitente que estiver na posse direta ou indireta do imóvel.

Artigo 20 - O lançamento do imposto será distinto para cada unidade autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

Artigo 21 - Enquanto não prescrita a ação para a cobrança do tributo, poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias, assim como lançamentos adicionais ou complementares de outros que hajam sido feitos com vícios, irregularidades ou erros de fato.

§ 1º O pagamento da obrigação tributária resultante do lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte, em consequência de lançamentos adicionais ou complementares na forma deste artigo.

§ 2º - Os lançamentos adicionais ou complementares nã invalidam o lançamento anterior aditado ou complementado.

Artigo 22 - O lançamento não vale como reconhecimento da situação jurídica do imóvel, conforme declarado ao Cadastro Imobiliário, e será feito independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do mesmo, bem como a da satisfação de quaisquer exigências administrativas para sua utilização para quaisquer finalidades.

Artigo 23 - A notificação de lançamdnto será entregue no domicílio tributário do contribuinte, considerando-se como tal o local em que estiver situado o terreno ou o local indicado pelo contribuinte.

Parágrafo Único - Nos casos em que se desconheça ou a identidade do contribuinte ou seu domicílio, o

lançamento far-se-á por edital afixado na sede da Prefeitura , em local visível e franqueado ao público.

Artigo 24 - O lançamento e o recolhimento do tributo serão feitos anualmente, e até 04 parcelas.

Parágrafo Único - As notificações de lançamento indicarão, além do montante devido, os locais e prazos para pagamento, que poderá ser feito parceladamente, em intervalos não inferiores a 30 (trinta) dias.

Seção IV - Isenções

Artigo 25 - Além dos casos de umidade ou isenção previstos na Constituição e na Legislação Federal são isentos do pagamento do ITU :

I - Os terrenos sobre os quais incida imposto inferior a 0,5% (zero vírgula hum por cento) do FTM vigente no exercício;

II - Outros casos que a lei municipal venha estabelecer.

Parágrafo Único - O regulamento definirá as formas de solicitação de isenções, especificando os prazos de requerimento e os procedimentos a serem seguidos para a concessão.

Capítulo II - Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana (I P U)

Seção I - Fato Gerador e Contribuinte

Artigo 26 - O Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana, referido pela sigla IPU, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel cons

truído, localizado na zona urbana do município, observando-se o disposto no artigo 29 desta Lei.

Artigo 27 - Para todos os efeitos legais considera-se ocorrido o fato gerador no primeiro dia de cada ano.

Artigo 28 - Para os efeitos de incidência do IPU, considera-se imóvel construído o terreno com as respectivas construções ou edificações permanentes, independentemente de seu uso, sua forma ou seu destino, aparente ou declarado.

Artigo 29 - O IPU não incide sobre terrenos que, mesmo localizados em zonas urbanas, sejam comprovadamente utilizados para fins de exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial e que tenham área superior a 1 (HUM) hectare.

§ 1º - Nos termos de Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1.972, obedecida a interpretação que os órgãos federais componentes derem à matéria, o IPU poderá incidir sobre imóveis localizados fora da zona urbana que comprovadamente não se caracterizam como imóvel rural, seja por suas dimensões, seja por sua destinação.

§ 2º - Imediatamente após qualquer alteração do instrumento legal que determine a zona urbana do Município o Executivo entrará em contato com a entidade encarregada de cobrar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, com vistas a ajustar os cadastros da referida entidade e da Fazenda Municipal à modificação ocorrida.

Artigo 30 - O contribuinte do IPU é o proprietário do imóvel construído, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo Único - O IPU constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade do mesmo ou de direitos reais a ela relativos.

Seção II - Base de Cálculo e Alíquotas

Artigo 31 - A base de Cálculo do IPU é o valor venal do imóvel, abrangendo a área total do terreno e a construção ou edificação nese existente, conforme planta de valores do Cadastro Imobiliário do Município, aplicando-se ao dito valor venal a alíquota de 1% (hum por cento), de acordo com a seguinte fórmula:

$$IPU = V_{vic} \times 0,01$$

onde-:

IPU - Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana;

V_{vic} - valor venal do imóvel construído, inclusive terreno;

0,01 - Alíquota.

Artigo 32 - O valor venal dos imóveis construídos, nos termos do artigo anteiror, adotar-se-á a seguinte fórmula :

$$V_{vic} = P \times S$$

onde-:

V_{vic} - valor venal do imóvel construido;

P - valor predial anterior;

S - coeficiente corretivo de situação do F.T.M.

Artigo 34 - A apuração dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do IPU será aprovada pelo Executivo, no qual estarão também definidos os critérios gerais e específicos para tento, nos termos dos arti

gos 31 e 33 desta Lei.

Seção III - Lançamento e Arrecadação

Artigo 35 - O lançamento do IPU, sempre que cabível e possível, será feito em conjunto com os demais tributos municipais que incidem sobre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao se encerrar o exercício anterior.

§ 1º - Tratando-se de construções ou edificações concluídas durante o exercício, o IPU será lançado, a partir do exercício seguinte aquele em que tenha sido obtido o "Auto de Vistoria", expedido o "Habite-se", ou que as construções ou edificações hajam sido efetivamente ocupadas.

§ 2º O disposto no párágrafo anterior aplica-se aos casos de ocupação parcial de construções ou edificações não concluídas e autônomos de condomínio.

§ 3º - Tratando-se de construções ou edificações demolidas durante o exercício, o IPU será devido até o final do mesmo, passando a ser devido o ITU a partir do exercício seguinte.

Seção IV - Isenções

Artigo 36 - Além dos casos de imunidades e isenção previstas na Constituição e na Legislação federal, são isentos do pagamento do IPU.

I - Os imóveis construídos sobre os quais incida o imposto predial inferior a 0,1 (zero vírgula hum por cento) do FTM vigente no exercício;

II - Outros casos que a lei municipal venha a estabelecer.

Parágrafo Único - O regulamento definirá as formas de solicitação de isenções, especificando os prazos de requerimento e os procedimentos a serem seguindos para a concessão.

Capítulo III - Imposto Sobre Serviços (I S S)

Seção I - Fato Gerador e Contribuinte

Artigo 37 - O Imposto Sobre Serviços, referido pela sigla ISS, tem como fato gerador a prestação, por empresa ou proffssional autônomo, de serviços constantes da seguinte lista :

1. Médicos, dentista e veterinários.
2. Enfermeiros, protéticos (Prótese dentária), obstetas, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos.
3. Laboratórios de análisss clínicas e eletrecidade médica.
4. Hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos-de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica.
5. Advogados ou provisionados.
6. Agentes de Propriedade Industrial.
7. Agentes de propriedades artísticas ou literárias.
8. Peritos e avaliadores.
9. Tradutores e intérpretes.
10. Despachantes.
11. Economistas.
12. Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em Contabilidade

13. Organização, programação, planejamentos, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados a terceiros e concernantes a ramo de indústria ou comércio explorado pelo prestador de serviços).

14. Datilografia, estenografia, secretaria e expediente.

15. Administração de bens ou negócios, inclusive consórcios oufundos mútuos para aquisição de bens (não abrangídos os serviços excecutados por instituições financeiras).

16. Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, inclusive prestadores de serviços ou por trabalhadores avulsos por eles contratados.

17. Engenheiros, arquitetos, urbanistas.

18. Projetistas, calculistas, desenhistas, técnicos.

19. Execução por administração, empreitada ou sub-empreitada de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o formecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da

prestação de serviços que ficam sujeitos ao ICM).

20. Demolição, conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores neles instalados), estradas, pontes, e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação de serviços, que ficam sujeitos ao ICM).
21. Limpeza de imóveis.
22. Raspagem e lustração de assoalhos.
23. Deseinfecção e higienização.
24. Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado a usuário final do objeto lustrado).
25. Barbeiros, cabelereiros, manicures, pedicures, tratamento da pele e outros serviços de salões de beleza.
26. Banhos, duchas, massagens, ginásticas e congêneres.
27. Transportes e comunicações de natUreza estritamente municipal.
28. Diversões públicas:
    a) teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, taxi-dancings e congêneres;
    b) exposições com cobrança de ingressos;
    c) bilhares, boliche e outros jogos permitidos;
    d) bailes, shows, festivais, recitais e congêneres;

e) competições ou de destreza física ou intelectual com ou sem participação do espectador inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádio ou de televisão;

f) execução de música individualmente ou por conjuntos;

g) fornecimento de música mediante transmissão po qualquer processo.

29. Organização de festas, "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas).

30. Agências de turismo, passeios e excursões, guias de turismo.

31. Intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados no ítens 58 e 59.

32. Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no ítem anterior e nos ítens 58 e 59.

33. Análises técnicas.

34. Organização de feiras e amostras, congressos e congêneres.

35. Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários, divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio.

36. Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos: carga, descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda móveis e serviços correlatos.
37. Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras).
38. Guarde e estacionamento de veículos.
5% 39. Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços).
5% 40. Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em conserto ou substituição de peças, aplica-se o disposto no ítem 41).
41. Conserto e restauração de quaisquer objetos (exclusive em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias).
42. Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviços, fica sujeito ao ICM).
43. A pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados a comercialização ou industrialização.

44. Ensino de qualquer grau ou natureza.
45. Alfaiates, modistas, costureiros prestados no usuário final quando o material, salvo o de aviamento, seja fornecido pelo usuário.
46. Tinturaria e lavanderia.
47. Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à comercialização ou industrialização.
48. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço exclusivamente com material por ele fornecido (excetua-se a prestação de serviço ao poder público, por autarquias, a empresas concessionárias de produção de energia elétrica).
49. Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço.
50. Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução; estúdios de gravação de "vídeo-tapes" para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ruídos, inclusive dublagem e mixagem sonora.

51. Cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior.
52. Locação de bens móveis.
53. Composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia e fotografia.
54. Guarda, tratamento e amestramento de animais.
55. Florestamento e reflorestamento.
56. Paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para execução).
57. Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos.
58. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras de títulos e valores e sociedades de corretores, regularmente autorizadas a funcionar).
59. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros.
60. Encardenação de livros e revistas.
61. Aerofotogametria.
62. Cobranças, inclusive de direitos autorais.
63. Distribuição de filmes cinematográficos e de "vídeo-tapes".
64. Distribuição e venda de bilhetes de loteria.
65. Empresas funerárias.
66. Taxidermistas.

Artigo 38 - Os serviços incluídos na lista ficam sujeitos apenas ao imposto previsto neste Capítulo, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias, salvo nos casos dos ítens 29, 40, 41, 42 e 56.

Artigo 39 - O fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não especificados na Lista é fato gerador do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, de competência do Estado

Artigo 40 - Considera-se local de prestação do serviço para a determinação da competência do Município :

I - o local do estabelecimento prestador do serviço, ou na falta de estabelecimento, o local de domicílio do prestador;

II - no caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação.

Artigo 41 - O contribuinte do Imposto é o prestador de serviços constante da Lista de Serviços do artigo 37.

Parágrafo Único - Responsabiliza-se pelo Imposto a pessoa ou empresa que se utiliza de serviço de terceiro, e,,ao efetuar o respectivo pagamento, deixa de reter o imposto devido pelo prestador do serviço que não emitir fatura, nota fiscal ou outro documento legal.

Artigo 42 - A obrigação tributária, principal e as acessórias, do contribuinte, devem ser cumpridas independentemente -:

I - do fato de ter ou não estabelecimento fixo;

II - do lucro obtido ou não com a prestação de serviço;

III - do cumprimento de quaisquer exigências da profissão, sem prejuízo das penalidades cabíveis, aplicáveis, pelo órgão compentente, para formular aquelas exigências;

IV - do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício;

V - da habitualidade na prestação de serviço.

Artigo 43 - Não são contribuintes os que prestem serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.

Seção II - Base de Cálculo e Alíquota

Artigo 44 - A base de cálculo do ISS é o preço do serviço, ao qual se aplica a alíquota uniforme de 5% (cinco por cento), salvo no caso de serviços referidos nos ítens 19 e 20 da Lista do artigo 37, que ficam sujeitas à alíquota de 4% (quatro por cento).

Parágrafo Único - Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado sob a forma de alíquotas fixas, incidentes sobre valores estabelecidos no Anexo I desta Lei.

Seção III - Lançamento e Arrecadação

Artigo 45 - No caso de profissionais autônomos que prestem qualquer dos serviços referidos na Lista do artigo 37, o imposto será determinado na forma de tabela referida no artigo anterior, cabendo ao Executivo lançar o imposto correspondente.

Parágrafo Único - Os contribuintes referidos neste artigo recolherão o tributo anualmente, mediante notificação de lançamento que lhes será encaminhado pela Prefeitura.

Artigo 46 - As sociedades e empresas, que prestarem qualquer dos serviços referidos na Lista do artigo 37, ficam obrigadas, independentemente de aviso ou notificação, a declarar anualmente o preço dos serviços que prestarem no ano anterior, calculando e recolhendo simultaneamente o imposto devido, o qual poderá ser parcelado, em até 6 (seis) cotas.

§ 1º - A declaração e o recolhimento de que trata este artigo deverão ser feitos até o dia 31 de março de cada ano subsequente àquele a que se referem, mediante o preenchimento de guias especiais.

§ 2º - O contribuinte que pretenda, comprovar a inexistência de receita em um determinado ano deverá apresentar documentação que ateste tal fato no mesmo prazo estabelecido para a entrega da declaração.

Artigo 47 - Nos caso do artigo anterior o prazzo de homologação da declaração e do cálculo do contribuinte será de 5 (cinco) anos, contados da data da recolhimento do tributo.

§ 1º - No decurso do prazo previsto neste artigo, o contribuinte ficará sujeito a glosa da fiscalização por parte da Prefeitura, devendo o Regulamento dispor sobre os livros, formas e procedimentos de comprovação que lhes podem ser exigidos.

§ 2º - Decorrido aquele prazo sem que a Prefeitura haja glosado a declaração do contribuinte e efetuada lançamentos adicionais, a referida declaração será dada como aceita.

Artigo 48 - As diferenças a maior, a favor da Prefeitura, apuradas em levantamento fiscal, será objeto de lançamentos adicionais, a serem pagos dentro de 15 (quinze)dias contados da respectiva notificação, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

§ 1º - O pagamento da obrigação tributária resultante de lançamento anterior, auto-efetuado pelo contribuinte, será considerado como pagamento parcial do tributo devido, em conséquência de lançamentos adicionais na forma deste artigo.

§ 2º - Os lançamentos adicionais não invalidam o lamçamento anterior editado ou complementado.

Artigo 49 - Deixando o contribuinte, de prestar a devida declaração no prazo regulamentar ou se o Executivo, a seu critério, a considerar inexata, proceder-se-á a um levantamento fiscal com vistas a determinar imposto devido.

§ 1º - Não possuindo o contribuinte, as comprovações exigidas na legislação, não as exibindo conforme solicitado ou não sendo possível por qualquer razão a verificação dos serviços prestados e de seu preço, este, ou qualquer diferença a mairo, em favor da Fazenda Municipal serão arbitrados pelo Executivo, com base no disposto no artigo 148 do Código Tributário NACIONAL Municipal.

§ 2º - O arbitramento de que se trata o parágrafo anterior será efetuado na forma em que dispuser o Regulamento, devendo para tanto, ser considerados os seguintes elementos :

a) os fatos que hajam sido apurados no decorrer do levantamento fiscal;
b) outros indícios e elementos, tais como os lançamentos de estabelecimentos semelhantes a natureza, e o

valor corrente dos serviços prestados, o valor das instalações e equipamentos do contribuinte, o número de empregados e seus salários.

§ 3º - Arbitrado o preço dos serviços ou sua diferença a maior, em favor da Prefeitura, esta lançará o imposto correspondente para pagamento na forma do artigo 49 desta Lei.

Artigo 50 - O extravio, destruição ou recusa na apresentação, por qualquer motivo, de qualquer dos livros ou documentos fiscais previstos na legislação, de tal modo que impeça a comprovação exata do preço efetivo dos serviços prestados, sujeitará o contribuinte, independentemente das multas e dos procedimentos de que tratam os artigos 49 e 51, à multa no valor de 1 (hum) FTM, vigente no município à época de sua imposição.

Artigo 51 - O não cumprimento de qualquer das demais formalidades de comprovação, previstas na legislação, sujeitará o contribuinte, independentemente das multas e dos procedimentos de que tratam os artigos 49 e 51, à multa de 0,5 (meio) FTM vigente no município à época de sua imposição.

Seção IV - Isenções

Artigo 52 - Além dos casos de imunidade ou isenção previstos na Constituição e na Legislação Federal, desde que cumpram as exigências eventualmente previstas, são isentos do ISS.

I - Os serviços de execução, por administração ou empreitadas, de obras hidráulicas ou de construção civil contratadas com a União, Estados, Distritio Federal, Municípios, Autarquias e empresas concessinárias

de serviços públicos, assim como as respectivas sub-empreitadas;

II - Os serviços de instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao Poder Público, às autarquias e concessionárias de produção de energia elétrica;

III - As casas de caridades, as sociedades de socorros mútuos e os estabelecimentos de fins humanitários e assistenciais, sem finalidades lucrativas;

IV - As pessoas físicas :

a) reconhecidamente pobres, sem estabelecimento fixo;

b) que prestarem serviços em sua própria residência, por conta própria e sem reclames ou letreiros, e sem empregados excluídos os profissionais de nível universitário, e de nível técnico de qualquer grau;

c) as atividades individuais de pequeno rendimento e ou artesanato, conforme definidas em regulamento.

V - A prestação de assitência médica ou odontológica em ambulatórios ou gabinetes mantidos por estabelecimentos comerciais ou industriais, sindicatos, e sociedades civis sem fins lucrativos, desde que se destine exclusivamente ao atendimento de

seus empregados e associados, e não seja explorado por terceiros, sob qualquer forma.

Parágrafo Único - O regulamento definirá as formas de solicitação de isenções, especificando os prazos de requerimento e os procedimentos a serem seguidos para sua concessão.

Seção V - Responsabilidade Tributária

Artigo 53 - A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços e continuar na exploração do negócio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido devido até a data do ato :

a) integralmente se a alienante cessar a exploração da atividade;
b) subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação nova atividade do mesmo ou de outro ramo de prestação de serviços.

Parágrafo Único - O disposto no artigo anterior aplica-se aos casos de extinção de pessoa física, de direito, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sobre a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Artigo 54 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra em outra, é responsável pelo ISS devido, pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação.

TITULO III

DAS TAXAS

CAPITULO I - Das taxas decorrentes do Poder de Polícia Administrativo.

Seção I - Do fato Gerador e do Contribuinte.

Artigo 55 - As taxas de licença tem como fato gerador o exercício regular do Poder de Polícia Administrativa do Município.

§ 1º - Considera-se Poder de Polícia a atividade da Administração Pública, que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fatos em razão de interesse público oncernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou atorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.

§ 2º - O Poder de Polícia Administrativo será exercido em relação a quaisquer atividades, lucrativas ou não e a quaisquer atos, a serem respectivamente exercidos ou praticados no território do Município, dependentes, nos termos deste código, de prévio licenciamento da Prefeitura.

§ 3º - O município não exerce Poder de Polícia sobre as atividades exercidas ou sobre os atos praticados em seu território, mas legalmente subordinados ao Poder de Polícia Administrativa do Estado ou da União.

Artigo 56 - As Taxas de Licença serão devidas para:

1 - Localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e outros;
2 - Publicidade;
3 - Execução de obras particulares;

4 - Expediente;
5 - Funcionamento em horários especiais;
6 - Exercicio do Comércio ambulante - ou eventual;
7 - ocupação do solo de vias e logradouros públicos;

Parágrafo Único - As licenças serão - concedidas sob a forma de alvará, que deve ser exibido à fiscalização, quando solicitado.

Artigo 57 - O contribuinte das Taxas de licença é a pessoa física ou jurídica, interessada no exercicio de atividade ou a prática dos atos sujeitos ao Poder de Polícia Administrativa do Município, nos termos do artigo 56 desta Lei;

Artigo 58 - As taxas de licença serão calculadas de acordo com as tabelas referidas nos artigos deste Código, com a aplicação das alíquotas deles constantes.

Artigo 59 - Ao solicitar a licença, o contribuintes deve fornecer à Prefeitura os elementos e informações necessárias à sua inscrição no Cadastro Fiscal.

Artigo 60 - As taxas de licença podem ser lançadas isoladamente, ou em conjunto com outros tributos , se possível, mas da notificação deverá constar, obrigatóriamente, a indicação dos elementos distintivos de cada tributo, e os respectivos valores,

Artigo 61 - As taxas de licença serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos - atos sujeitos ao Poder de Polícia, com guia oficial preenchida pelo contribuinte, observando-se os prazos constantes desta Lei.

Artigo 62 - Sem prejuízo do exercício do Poder de Policia Administrativa sobre os atos e atividades de contribuintes, somente lei especial, fundamentada em interesse público, poderá conceder insenções de taxa de licença não prevista neste Código.

Artigo 63 - Não são isentos das Taxas de Licença, os contribuintes cujas atividades dependem de auto-

rização da União ou do Estado.

Seção I - 1 - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento.

Artigo 64 - Qualquer Pessoa ou estabelecimento que se dedique à produção agro-pecuária, à industria, ao comércio, às operações financeiras ou demais atividades econômicas só poderá instalar-se ou iniciar suas atividades em caráter permanente ou eventual, mediante licença prévia da Prefeitura e pagamento desta Taxa.

§ 1º - Considera-se eventual a atividade que é exercidaapenas em determinadas épocas do ano.

§ 2º - São obrigados ao pagamento das taxas os depósitos de mercadorias fechados.

Artigo 65 - A licença será concedido desde que as condições de higiene, segurança e localização do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, e sob a condição de que a saa construção seja competível com a política urbanística do Município.

Artigo 66 - A licença poderá ser passada e fechado o estabelecimento, a qualquer tempo, desde passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão ou quando responsável pelo estabelecimento mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumpram as intimações expedidas pela Prefeitura.

Artigo 67 - Deverá ser requerida nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento, ou mudança do ramo ou da atividade nela exercida.

Artigo 68 - Nos casos de atividades múltiplas, entre as previstas na tabela referida no artigo 69 desta lei, exercida no mesmo local, a taxa será calculada e devida, levando-se em consideração à atividade sujeita ao maior ônus fiscal.

Artigo 69 - A taxa é devida de acordo com a tabela constante do anexo desta lei e com os períodos nela previstos.

Artigo 70 - Os contribuintes aos quais se refere o artigo 64, quando exerçam suas atividades em caráter permanente, ficam obrigados à renovação anual da licença, pagando a respectiva taxa segundo a mesma alíquota fixada na tabela, referida no artigo 69, para localização e início de atividades idênticas no exercício da renovação.

Parágrafo Único - Nos casos deste artigo a taxa será lançada e arrecadada nos termos e prazos legais.

Seção I - 2 - Da taxa de Licença para Publicidade.

Artigo 71 - A exploração ou toda utilização de meios de publicidade em vias ou logradouros públicos que atinjam estes últimos, ou em locais de acesso público, com ou sem cobrança de ingressos, é sujeito à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento desta taxa.

Artigo 72 - O pedido de licença deve ser instruído com a descrição detalhada do meio de publicidade a ser utilizado, sua localização e demais características essenciais .

Parágrafo Único - Se o local em que será afixada a publicidade, não for de propriedade do contribuinte, esta deve juntar ao pedido a autorização do proprietário,

Artigo 73 - A taxa será arrecadada observadas os seguintes prazos de recolhimento:

I - A taxa inicial, no ato da concessão da licença;

II - As subsequentes:

a) quando anuais, até o último dia útil de janeiro de cada exercício;

b) Quando mensais, até o dia 10 de cada mês;

c) Quando diárias, no ato do pedido.

Artigo 74 - A publicidade deve ser mantida em bom estado de conservação e em perfeitas condições de segurança, sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa, sem prejuízo da cassação da licença e demais cominações legais.

Artigo 75 - São isentos da taxa se o seu conteúdo não tiver caráter publicitário:

I - tabuletas indicativas de sítios, chácaras, granjas e fazendas;

II - tabuletas indicativas de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e pronto-socorros;

III - placas colocadas nos vestíbulos de edifícios, nas portas de consultórios, de escritórios, e de residências, identificando profissionais liberais, sob a condição de que contenham apenas o nome e a profissão do contribuinte, e não tenham dimensões superiores a 40 (quarenta) cm X 15 (quinze) cm.;

IV - placas indicativas nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos, responsáveis pelo projeto ou execução de obras particulares ou públicas.

Artigo 76 - A taxa é devida de acordo com a tabela que constitue o anexo ao presente Código.

Seção I - 3 - Da taxa de licença para execução de obras particulares.

Artigo 77 - Dependerá da licença prévia da Prefeitura, e pagamento dessa taxa, o início de toda e qualquer construção, reconstrução, reforma, reparo, acréscimo ou demolição de edifícios, casas ou muros, assim como o arruamento ou o loteamento de terrenos, a quaisquer outras obras em imóveis particulares.

Parágrafo Único - Findo o período de validade de licença, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-la, mediante o pagamento da mesma taxa.

Artigo 78 - São isentos desta taxa:

I - As obras realizadas em imóveis de propriedade da União, do Estado e de seus órgãos de Administração indireta;

II - a construção de muros de arrimo ou de muralhas de contenção, quando no ali-

nhamento da via pública, assim como de passeios, quando o tipo aprovado pela Prefeitura;

III - A limpeza ou pintura, externa ou interna, de edifícios, casas, muros ou grades;

IV- A construção de reservatórios de qualquer natureza para abastecimento de água;

V - A construção de barracões destinados à guarda de materiais de obras.

Parágrafo Único - A taxa é devida de acordo com a tabela que constitui o anexo ao presente Código.

Seção I - 4 - Taxa de Expediente.

Artigo 79 - A taxa de expediente é devida pela apresentação de petição , livros e documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação e despacho por autoridade Municipal, ou pela lavratura de termos, alvarás, contratos, certidões , atestados e concessões.

Parágrafo Único - A taxa é devida de acordo com a tabela que constitue o anexo do presente Código.

Seção I - 5 - Da taxa de licença para funcionamento em horário especial.

Artigo 80 - Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

Artigo 81 - A taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos em horários especiais será cobrada por dia, mes ou ano, de acordo com a tabela anexa a este código e arrecadada antecipda e independentemente de ato de lançamento.

Artigo 82 - É obrigatória a fixação junto do alvará da licença de localização, em local visível e acessível à fiscalização, do comprovate de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente esse horário sob pena das sanções previstas neste Código.

Seção I - 6 - Da Taxa de licença para o exercício de Comércio Eventual ou ambulante.

Artigo 83 - A taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante será exigível por ano, mês ou dia.

§ 1º - Considera-se comercio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, locais autorizados pela Prefeitura.

§ 2º - É considerado, também, como comércio eventual, o que é exercido em instalaçoes removíveis, colocadas nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barraças, mesas, tabuleiros, e semelhantes.

§ 3º - Comércio ambulante é o exercício individualmente sem estabelecimentos, instalações ou localização fixa.

Artigo 84 - Serão definidas em regulamentos as atividades que podem ser exercidas em instalações removíveis nas vias e logradouros públicos.

Artigo 85 - A taxa de que trata esta Seção será cobrada de acordo com a taveia anexa a este código e na conformidade do respectivo regulamento, observados os seguintes prazos:

I - antecipadamente, quando por dia;
II - até o dia 5 (cinco) do mes que for devida, quando semanalmente;
III - durante o primeiro mes do semestre em que for devida, quando por ano.

Artigo 86 - O pagamento da taxa de licença para o exercício de comércio eventual, nas vias e logradouros públicos, nao dispensa a cobrança da taxa de ocupaçao do solo.

Artigo 87 - É obrigatória a inscrição, na repartiçao competente, dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - Não se inclui na exigência deste artigo os comerciantes com estabelecimentos fixo que, por ocasião de festejos ou comemoraçoes, exploram o comércio eventual ou ambulante.

§ 2º - A inscriçao será permanentemente atualizado por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, / sempre que houver qualquer modificaçao nas características iniciais da atividade por ele exercido.

Artigo 88 - Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfazer às exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitaçao contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidencia da taxa, destinada a basear a cobrança deste.

Artigo 89 - Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

Artigo 90 - São isentas da taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante;

I - os cegos e mutilados que exercerem comércio ou industria em escala infima;

II - Os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

III - Os engraxates ambulantes.

Seção I- 7 - Da taxa de Licença para Ocupação do Solo nas vias e Logradouros Públicos.

Artigo 91 - Entede-se por Ocupação do Solo aquela feita mediante instalação provisória de balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiósque, aparelho e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais para fins comerciais, ou prestaçao - de serviços, e estacionamento privativo de veículos, em locais permitidos.

Artigo 92 - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para os seus depó-

sitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias e Logradouros Públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

CAPITULO II - DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

Artigo 93 - As taxas de serviços Públicos são devidos para:

I - Limpeza Pública
II - Conservação de Logradouros
III - Iluminação Pública
IV - Conservação de Rodovias

Seção I - Taxa de Limpeza Pública

Artigo 94 - Esta taxa tem como fato gerador a utilização efetiva, ou a simples disponibilidade, pelo contribuinte, de serviços municipais de limpeza e asseio da Cidade, compreendendo as Vias e Logradouros Públicos e Particulares.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo considera-se serviço de limpeza e asseio:

I - a coleta de lixo, e remoção, domiciliar;
II - A varrição, a lavagem e a capinação das Vias e logradouros;
III - A limpeza de córregos, galerias pluviais, bueiros e bocas de lobo.

Artigo 95 - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do dominio ou o possuidor a qualquer titulo de imóveis situados em logradouros públicos ou particulares onde a prefeitura, mantenha com regularidade, qualquer dos serviços aos quais se refere o parágrafo único do artigo anterior.

Artigo 96 - A taxa será calculada em função da testada do imóvel, e devida anualmente, de acordo com a tabela anexaap presente Código.

Artigo 97 - A taxa de Limpezapública pode ser lançada isoladamente, ou em conjunto com outros tributos.

Artigo 98 - O pagmmento da taxa será - feito nas épocas e nos locais indicados nas notificações.

Parágrafo Unico - O credito da Fazenda Municipal, imediatamente após o seu vencimento, será inscrito em dívida Ativa; para cobrança executiva.

Artigo 99 - As remoções especiais de lixo, que excedem quantidades máximas fixada pelo executivo, serão feitas mediante pagamento do preço público.

Seção II - Da taxade Conservação de Logradouro Público.

Artigo 100 - Esta taxa tem como fato gerador a prestação de serviços de conservação e reparação de logradouros públicos situados na zona urbana do Município.

Parágrafo Único - Considera-se logradouros as ruas, avenidas, praças, jardins, parques e similares.

Artigo 101 - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular od domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis, edificados ou não, situados em logradouros públicos, e dotados, pelo menos, de uma dos seguintes melhoramentos:

I - Pavimentação de qualquer tipo;
II - guias e sargetas;
III - Guias.

Artigo 102 - A taxa será calculada considerando-se a soma das medidas lineares de todos os limites do imóvel com logradouros públicos, à razão de 0,002 do F.T.M. por metro linear ou fração, ao ano,

Artigo 103 - O pagamento da taxa será efetuado nas épocas e nos locais indicados nas notificações.

Artigo 104 - A taxa podeser ser lançada isoladamente ou em conjunto com outras, tributos.

Seção III - Da Taxa de Iluminação Pública

Artigo 105 - Esta taxa tem como fator gerador a prestação de serviços de iluminação pública nos logradouros da zona urbana do Município.

Artigo 106 - O contribuinte da taxa

é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis, edificadas ou não, situados nos logradouros públicos referidos no artigo anterior, desde que beneficiados por serviços de iluminação pública.

Artigo 107 - A taxa será calculada considerando-se normas ser baixada posteriormente por Decreto.

Artigo 108 - O pagamento da taxa será efetuado nas épocas e nos locais indicados nas notificações.

Artigo 109 - A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos.

§ 1º - A prefeitura, mediante convênio c com a empresa fornecedora de energia elétrica domiciliar do Município, poderá atribuir a esta cobrança de taxa, a se efetuar juntamente com a cobrança das contas particulares de fornecimento de energia.

Seção IV - Da Taxa de Conservação de Rodovias.

Artigo 110 - A taxa de conservação de Rodovias, tem como fato gerador a utilização ou a possibilidade de utilização das rodovias municipais.

§ 1º - A taxa será lançada anualmente e é devida pelos proprietários de terras na zona rural, sendo o lançamento feito em obediência ao rol de contribuintes do INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

§ 2º - A base de cálculo de Taxa de Conservação de Rodovias, será o rateio das despesas realmente realizadas pelo SERM - Serviço de Estradas de Rodagem Municipal, na rede rodoviária do Município, obedecendo o cálculo, a "superfície" da propriedade cadastrada.

TÍTULO IV

DO CADASTRO FISCAL

Capítulo I - Disposições Gerais

Artigo 111 - O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende :

I - O Cadastro Imobiliário;

II - O Cadastro Econômico Social.

§ 1º - O Cadastro Imobiliário compreende-:

a) os terrenos vagos existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas ou destinadas a urbanização;

b) os imóveis construídos nas mesmas zonas.

§ 2º - O Cadastro Econômico Social compreende as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo de serviço, sujeitos ao ISS ou a taxa de licença para localização.

Artigo 112 - Todos os proprietários detentores do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis mencionados no § 1º do artigo anterior e aqueles que individualmente ou sob a razão social de qualquer espécie, exercerem, no município, atividade sujeito ao pagamento do ISS ou de taxa de licença para localização, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Imobiliário ou no Econômico Social, conforme o caso.

Artigo 113 - O Poder Executivo poderá celebrar convênio com a União e os Estados visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral do Contribuinte, de âmbito federal, para melhor caracterização de seus registros.

Artigo 114 - A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastro a fim de atender à organização fezendária dos tributos de sua competência, especialmente, os relativos à contribuição de melhoria.

Capítulo II - Inscrição no Cadastro Imobiliário

Artigo 115 - A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário será promovida:

I - pelo proprietário, ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuiddor a qualquer título;

II - por qualquer dos condomínios, em se tratando de condomínios;

III - pelo compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;

IV - pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação;

V - de ofício.

Artigo 116 - Salvo no caso de procedimento promovido de ofício pela Prefeitura, os responsáveis pela inscrição são obrigados, no prazo de 30 dias do término da obra, a preencher e entregar na repartição competente uma ficha própria para cada imóvel, conforme modelo aprovado.

§ 1º - Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido, ou, no caso de cadastramento de ofício, não se conseguindo levantar as informações necessárias, o órgão competente, valendo-se dos elementos que dispuser, preencherá a ficha de inscrição e expedirá edital convocando o responsável para,

no prazo de 30 (trinta) dias, formecer os dados necessários para a complementar.

§ 2º - O não atendimento ao edital previsto no parágrafo anterior, ou, no caso de cadastramento de ofício, a recusa em fornecer os dados solicitados sujeitará o responsável à multa anual de valor equivalente ao imposto devido, a ser cobrada juntamente com este.

Artigo 117 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigentes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Parágrafo Único - Incluem-se também na situação prevista neste artigo o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Artigo 118 - Em se tratando de área loteada, cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura , deverá oiimpresso de inscrição ser acompanhado de uma planta completa em escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar as áreas transferidas ao patrimônio municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Artigo 119 - Os responsáveis pór loteamentos ficam obrigados, sob pena de multa no valor de 3 (três) FTMvigentes no município, a fornecer, no mês de janeiro de cada ano, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no ano anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números do quarteirão e do lote e o valor do contrato de venda a fim de ser feita a anotação do Cadastro Imobiliário.

Artigo 120 - Deverão ser obrigatoriamente comunicados à Prefeitura dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvvel ,

que possam afetar as bases de cálculo de lançamento do tributos municipais.

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto neste artigo, verificado em vistoria, sujeitará o contribuinte à mesma multa prevista no § 2º do artigo 116 deste Código, seguindo-se os mesmos procedimentos ali estabelecidos.

Artigo 121 - A concessão de "Habite-se" à edificação nova ou a aceitação de obras em edificações reconstruídas ou reformadas só se completará com a remessa do processo à repartição fazendária competente e dertidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário.

Capítulo III - Inscrição no Cadastro Econômico Social

Artigo 122 - A inscrição no Cadastro Econômico Social será feita pelo responsável, empresa ou profissional autônomo, ou seu representante legal, que preencherá e entregará ficha própria na reparticção competente, no prazo de 30 (trinta) dias do início de atividades.

Artigo 123 - A falta de inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviço, por parte do contribuinte que esteja obrigado a tal, sujeitá-lo-á à multa anual no valor de 1 (hum) FTM vigente no munícípio à época de sua imposição.

TÍTULO V

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Capítulo Único - Disposições Gerais

Artigo 124 - A contribuição de melhoria cobrada pelo município é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Artigo 125 - A contribuição será devida nos termos da lei específica, que observará os seguintes requisitos mínimos :

I - publicação prévia dos seguintes elementos:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento do custo da obra;

c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

d) delimitação da zona beneficiada;

e) determinação do fator de absorção de benefícios da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

II - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta)dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

III - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento

de impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º - A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere a alínea " C " do inciso I, pelos imóveis situados na zona beneficiada, em funação dos respectivos fatores individuais da valorização.

§ 2º - Por ocasião do respectivo lançamento cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento, e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

TITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPITULO UNICO

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 126 - A falta de pagamento de quqlquer tributo no prazo devido sujeitará o contribuinte, cumulativamente, as seguintes penalidades, calculadas sobre o valor inicialmente devido:

I - Multas que se incluem respectivamente:

a) de 10% (dez por cento) quqndo o pagamento for efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;

b) de 20% (vinte por cento) quqndo o pagamento - for efetuado até 60 (sessenta) dias após o - vencimento;

c) de 30% (trinta Por cento), quqndo o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias do vencimento.

II - Juros moratórios observado o disposto no § 2º deste artigo, a razão de 1% (um por cento) ao mes;

III - Correção monetária, tambem o disposto no § 2º deste artigo, calculada mediante a aplicação dos coeficientes utilizados pelo governo federal, para os débitos fiscais. UFIR.

§ 1º - O crédito da fazenda Municipal, imediatamente após seu vencimentos, será inscrito em Divida Ativa, para cobrança executiva.

§ 2º - Os juros moratórios e a correção monetária, decorrentes da falta de pagamento do tributo no prazo devido, serão cobrados a partir da data do vencimento e incidindo sucessivamente, sobre o tributo e sobre a multa.

§ 3º - A correção monetária não será aplicada sobre qualquer quantia depositada pelo contribuinte, na repartição arrecadadora, para a discussão administrativa - ou judicial do débito.

Artigo 127 - O contribuinte ou responsável poderá reclamar contra o lançamento do tributo, dentro de vinte dias (20) corridos, contados da data da entrega da notificação ou da data do auto de infração no seu domicilio tributário.

Parágrafo unico - Considera-se domicilio tributário, para os efeitos das taxas de licença, o local da residencia habitual do contribuinte, o centro habitual de sua atividade ou o lugar de sua sede.

Artigo 128 - O prazo para apresentação de recurso à instância administrativa superior é de 20 (vinte) dias contados da publicação da decisão em resumo, ou da data de sua intimação ao contribuinte ou responsável.

Artigo 129 - A reclamação não tem efeito suspensivo da exigibilidade do crédito tributário, salvo se o - contribuinte fizer o deposito previo do montante integral do tributo cujo lançamento se discute nos prazos previstos nos artigos 130 e 131 deste codigo.

Artigo 130 - O recurso em processo administrativo fiscal, desde que interposto no prazo legal, suspende a cobrança do tributo lançado.

Parágrafo unico - O deposito em dinheiro no prazo da interposição do recurso, evitará a incidência de correção monetária.

Artigo 131 - As reclamações e os recursos serão - julgados no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da sua apresentação ou interposição.

Artigo 132 - Alem dos contribuintes definidos nesta lei, são pessoalmente responsaveis pelo pagamento dos tributos:

I - o adquirente do terreno, pelos tributos devidos pelo alienante até a data do titulo translativo da -

propriedade, do dominio util ou da posse, salvo quando conste de escritura publica, prova de plena e geral quitação, limitadas essas responsabilidades, nos casos de arrematação em hasta publica, ao montante de respectivo preço;

II - o espolio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data de abertura da sucessão;

III - o sucessor, a qualquer titulo e o conjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo "de cujus", até a data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do ligado ou da meação.

Artigo 133 - A pessoa juridica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação ou em outra, é responsavel pelos tributos devidos pelas pessoas juridicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos da fusão, transformação ou incorporação.

Artigo 134 - Nos termos da Constituição Federal e do Codigo Tributario Nacional, é vedado ao Municipio instituir Imposto Sobre:

I - patrimonio ou os serviços da União, Estados, Municipios e Distrito Federal;

II - templos de qualquer culto;

III - patrimonio ou serviços de partidos politicos e de instituições de educação e assistência social, observados os requisitos fixados no paragrafo unico deste artigo.

Parágrafo unico - O disposto no item III deste artigo é subordinado à observância dos seguintes requisitos por parte das entidades neles referidos:

I - não distribuirem qualquer parcela de seu patrimonio ou de suas rendas a titulo de lucro ou participação no seu resultado;

II - aplicarem, integralmenteno pais, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais;

III - Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

Artigo 135 - Os prazos fixados nesta lei serão continuos e fatais, excluindo-se na sua contagem o dia do inicio e incluindo-se o dia do vencimento;

Artigo 136 - Os prazos só serão iniciados ou vencerão em dia de expediente normal na repartição em que tenha curso o processo onde deva ser praticado o ato;

Artigo 137 - As certidões negativas serão sempre expedidas nos termos em que tenham sido requeridas e serão fornecidas dentro do prazo de 15 (quinze) dias da data da entrada do requerimento na prefeitura;

Artigo 138 - Serão desprezados no cálculo de qualquer tributo, as frações de Cr$-1,00 (hum cruzeiro);

Artigo 139 - O Fator Tributário Municipal previsto nós artigos 5º e 6º desta lei, é fixado em Cr$-5.000,00-(cinco mil cruzeiros) para o corrente exercicio;

Artigo 140 - As tarifas ou preços publicos terão por base de lançamento, as despesas efetivamente efetuadas pelo Poder Publico, acrescidas de 20% (vinte por cento), a titulo de administração;

Parágrafo unico - Para cada tarifa, o Executivo baixará instruções através de Decreto, regulamentando as normas da prestação de serviços e a forma de cobrança.

Artigo 141 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 1º de Janeiro de 1.979;

Artigo 142 - Revogam-se as disposições em contrário, e especialmente a Lei Municipal nº 148, de 26 de Dezembro de 1.974;

Prefeitura Municipal de São José do Barreiro, aos 1º de Dezembro de 1.978.

JOSIAS DE MARINS FREIRE
Prefeito Municipal

A N E X O I

I.S.S. - PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS

ISS A SER COBRADO ANUALMENTE AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS, NA FORMA DO ARTIGO 44, § 1º DO CÓDIGO TIBUTÁRIO MUNICIPAL

1.0 - Valores		
1.1 - Serviços de profissionais de nivel universitário	0,10 do FTM	20%
1.2 - Serviços de profissionais de nível médio	0,08 do FTM	15%
1.3 - Serviços dos demais profissionais..	0,06 do FTM	10%

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 69 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

1 - INDUSTRIA		
1.1 - Até 10 empregados	0,10	do FTM ao ano
1.2 - de 11 a 30 empregados	0,20	do FTM ao ano
1.3 - de mais de 30 empregados	0,60	do FTM ao ano
2 - Comércio		
2.1 - Bares e Restaurantes	0,001	do FTM ao ano/m2
2.2 - Supermercados	0,001	do FTM ao ano/m2
2.3 - Quaisquer outros ramos de atividades comerciais	0,001	do FTM ao ano/m2
3 - Estabelecimentos bancários, de crédito, Financeiros	0,10	do FTM ao ano
4 - Hotéis, moteis, Pensões e similares		
4.1 - até 10 quartos	0,06	do FTM ao ano
4.2 - de 11 a 20 quartos	0,08	do FTM ao ano
4.3 - mais de 20 quartos	0,1	do FTM ao ano
4.4 - Com apartamentos	0,1	do FTM ao ano
5 - Profissionais liberais s/ relação de emprego	0,02	do FTM ao ano
6 - Representantes comerciais autônomos, corretores, Despachantes, Atentes e Prepostos em geral	0,02	do FTM ao ano
7 - Profissionais autônomos que exercem atividades sem aplicação de capital	0,02	do FTM ao ano
8 - Profissionais autônomos que exercem atividades com aplicação de capital (não incluidos em outro ítem desta tabela)	0,03	do FTM ao ano
9 - Casas de Loterias	0,02	do FTM ao ano
10 - Oficinas de Consertos em Geral	0,03	do FTM ao ano
11 - Postos de Serviços para veículos	0,03	do FTM ao ano
12 - Depósitos de inflamáveis, explosivos e similares	[illegible]8	do FTM ao ano

13 - Tinturatias e Lavanderias	0,02	do FTM ao ano	20%
14 - Salões de Engrates	0,01	do FTM ao ano	20%
15 - Barbearias, Salões de Beleza, Estabelecimentos de Banhos,- Duchas, Massagens, Ginásticas, etc ...	0,02	do FTM ao ano	20%
16 - Ensino de qualquer grau ou natureza	0,01	do FTM ao ano	10%
17 - Estabelecimentos Hospitares			
17.1 - com até 25 leitos	0,02	do FTM ao ano	10%
17.2 - com mais de 25 leitos	0,03	do FTM ao ano	10%
18- Laboratórios de Análises Clínicas	0,02	do FTM ao ano	20%
19 - Diversões Públicas			
19.1 - Bailes e Festas em Clubes	0,20	do FTM ao ano	25%
19.2 - Cinemas e Teatros			
19.2.1 - Cinemas e Teatros com até 150 lugares	0,05	do FTM ao ano	25%
19.2.2 - com mais de - 150 lugares	0,08	do FTM ao ano	25%
19.3 - Resaurantes Dançantes, Boates, etc...	0,05	do FTM ao ano	25%
19.4 - Bilhares e quaisquer outros jogos de mesa			
19.4.1 - Estabelecimentos com até 3 mesas	0,02	do FTM ao ano	25%
19.4.2 - Estabelecimentos com mais de 3 - mesas	0,03	do FTM ao ano	25%
19.5- Boliches	0,01	do FTM/pista ao ano	25%
19.6 - Tiro ao alvo	0,02	do FTM ao dia	25%
19.7 - Exposições, feiras e quermesses	0,01	do FTM ao dia	25%
19.8 - Circos e Parques de Diversões	0,01	do FTM ao dia	25%
19.9 - Competições Esportivas	0,001	do FTM ao dia	25%

177

19.10 - Quaisquer espetáculos ou diversões não incluidos no ítem anterior	0,002	do FTM ao dia	25%
20 - Ambulantes e Feirantes	0,09	do FTM ao ano	15%
21- Demais atividades sujeitas à Taxa de localização não constantes dos ítens anteriores	0,02	do FTM ao ano	20%

OBSERVAÇÃO: A taxa de localização dos estabelecimentos constantes do ítem 2 (comércio), será cobrada até um limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do FTM.

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE, PREVISTA NO ARTIGO 76 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL;

Espécie de Publicidade

1. Publicidade relativa à atividade exercida no local, afixado na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agro-pecuários, de prestação de Serviços e outros - Qualquer espécie ou quantidade..... 0,01 do FTM/ ano 30%

2. Publicidade de terceiros, afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agro-pecuaários, de prestação de serviços e qutros - qualquer espécie ou quantidade, por interessado na publicidade ..... 0,02 do FTM/ ano 30%

3. Publicidade:

I - no interior de veículos de uso público não destinados à publicidade como ramo de negócio - qualquer espécie ou quantidade, por anunciante ..... 0,01 do FTM/ ano 30%

II- Em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita, na parte externa-qualquer espécie ou quantidade por anunciante .... 0,01 do FTM/ ano 30%

III- Em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou dispositivos - qualquer - quantidade, por anunciante,..... 0,01 do FTM/ ano 30%

IV- Em vitrinas, stands, vestíbulos e outras dependências de estabelecimentos comerciais, Industriais, Agro-pecuários, de prestação de serviços e outros para a divulgação de produtos ou serviços estranhos ao ramo de atividade do contibuinte - qualquer espécie ou quantidade, por anunciante ..... 0,01 do FTM/ ano 30%

4. Publicidade, em placas, paineis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixas e similares, colocados em terrenos, tapumes platibandas, andaimes, muros, telhados, paredes, terraços, jardins, cadeiras, bancos, mesas, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visiveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as Rodovias, estradas e caminhos municipais, por anunciante..	0,01	do FTM/ano 30%
5. Publicidade por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares em vias ou logradouros públicos - Quaisquer quantidade, por anunciante	0,01	do FTM/ano 30%

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS PREVISTAS NO ARTIGO 78 DO CÓDIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL.

NATUREZA DAS OBRAS

1. Construção de:	
a) edificações até dois pavimentos, por m2 de área construida	0,001 do FTM/m2
b) edificações com mais de dois pavimentos por m2 de área construída	0,002 do FTM/ m2
c) Dependências em prédios residenciais, por m2 de área construída	0,0005 do FTM/ m2
d) dependências em quaisquer outros prédios, para quaisquer finalidades, por m2 de área construida...	0,0008 do FTM/ m2
e) barracões e galpões, por m2 de área construída	0,0003 do FTM/ m2
f) fachadas e muros, por metro linear	0,0001 do FTM
g) marquises, cobertas e tapumes , por metro linear	0,0001 do FTM
h) Reconstruções, reformas, reparos e demolições	0,0001 do FTM/ m2
2. Arruamentos:	
a) com área até 20.000 m2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos	0,0001 do FTM/ m2
b) com área superior a 20.000 m2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos	0,0002 do FTM/ m2
3. Loteamentos:	
a) Com área até 10.000 m2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as quais sejam doadas ao Município	0,0001 do FTM/ m2
b) com área superior a 10.000 m2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam	

doadas ao Município	0,0002 do FTM/ m².	5%
4. Quaisquer outras obras não especificadas nesta tabela:		
a) por metro lineiqr	0,00008 do FTM/	5%
b) por metro quadrado	0,0005 do FTM ·	5%

Prefeitura Municipal de São José do Barreiro

RUA TENENTE MAGALHÃES, 109
ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA PARA O LANÇAMENTO E A COBRANÇA DAS TAXAS DE EXPEDIENTES E SERVIÇOS DIVERSOS, PREVISTAS NO ARTIGO 79, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

ITENS	ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	FTM	
	TAXA DE EXPEDIENTE		
1	Alvarás:		
	a) de licença concedida ou transferida	0,003	3%
	b) de qualquer outra natureza	0,004	3%
2	Atestados:		
	a) por lauda até 33 linhas	0,003	2%
	b) sobre o que exceder, por lauda ou fração	0,0015	2%
3	Aprovação de arruamento ou loteamento. Cada decreto contendo aprovação parcial ou geral de arruamento ou loteamento do terreno	0,02	0,50%
4	Baixa de qualquer natureza, ou lançamentos ou registros	0,001	3%
5	Certidões:		
	a) por lauda até 33 linhas	0,003	3%
	b) Sobre o que exceder, por lauda ou fração	0,0015	3%
	c) busca, por ano, além das taxas alíneas "a" e "b".	0,001	3%
	d) de quitações de: imóveis ou estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais	0,003	3%
6-	Concessões - ato do Prefeito concedendo:		
	a) favores, em virtude da Lei Municipal, - sobre o valor da concessão	0,002	2%
	b) privilégio individual ou a empresa concedido pelo Município, sobre o valor efetivo ou arbitrado	0,03	2%
	c) permissão para explorar, a título precário, o serviço ou atividade	0,03	2%
7-	contratos com o Município, sobre o valor do contrato	0,02	2%
8-	Guias apresentadas às repartições Municipais, para qualquer fim, excluídas as emitidas pelos servidores municipais e relativas aos serviços da administração.....	0,02	0,10%

ITENS	ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	FTM
9-	Petições, requerimetos, recursos ou memoriais dirigidos aos órgãos du autoridades municipais:	
	a) por lauda até 33 linhas	0,002 3%
	b) cada documento anexado, por folha..	0,0015 2%
	c) sobre o que exceder, por lauda ou fração	0,0015 3%
10-	prorrogações do prazo do contrato com oMunicipio sobre o valor da prorrogação	0,02
11-	termos de registros municipais, por página, do livro, ou fração	0,0020 50%

Seção I.4	-	Da Taxa de Expediente	32
Seção I.5	-	Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial	32
Seção I.6	-	Da Taxa de Licença para o Exercicio do Comercio eventual ou ambulante	33
Seção I.7	-	Da Taxa de Licença para ocupação do solo nas vias e logradouros publicos	34
Capitulo II	-	Das Taxas de Serviços Publicos	35
Seção I	-	Taxa de Limpeza Publica	35
Seção II	-	Da Taxa de Conservação de Logradouros Publicos	36
Seção III	-	Da Taxa de Iluminação Publica	36
Seção IV	-	Da Taxa de Conservação de Rodovias	37
TITULO IV	-	DO CADASTRO FISCAL	
Capitulo I	-	Disposições Gerais	38
Capitulo II	-	Inscrição no Cadastro Imobiliário	39
Capitulo III	-	Inscrição no Cadastro Economico-Social	41
TITULO V	-	DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	
Capitulo Unico	-	Disposições Gerais	42
TITULO VI	-	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	
Capitulo Unico	-	Disposições Finais	44

T A B E L A S

ISS a ser cobrado, anualmente, aos prestadores de serviços, autonomos, na forma do artigo 44, § 1º do Codigo Tributário Municipal 49

Tabela para cobrança da Taxa de Licença para Localização, prevista no artigo 69 do Codigo Tributário Municipal 50

Tabela para cobrança da Taxa de Licença para Publicidade, prevista no artigo 76 do Codigo Tributário Municipal 53

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL PREVISTA NO ARTIGO 81, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

I- Prorrogação de horário

1- até 22,00 horas

a) por dia ..... 0,001 do FTM 1%
b) por mes ..... 0,015 do FTM 1%
c) por ano ..... 0,09 do FTM 1%

2- Além das 22,00 horas

a) por dia ..... 0,0015 do FTM 1,50%
b) por mes ..... 0,02 do FTM 1,50%
c) por ano ..... 0,12 do FTM 1,50%

II - Antecipação do Horário

a) por dia ..... 0,001 do FTM 1,50%
b) por mes ..... 0,009 do FTM "
c) por ano ..... 0,05 do FTM "

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS, EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS PREVISTA NO ARTIGO 92 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

I - Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes nas feiras, vias e logradouros públicos ou como depósitos de materiais ou estacionamento privativo de veículos, inclusive para fins comerciais, em locais designados pela prefeitura, por prazo e a critério desta:

1- por dia e por metro quadrado ..... 0,0003 do FTM
2- por mes e por metro quadrado ..... 0,001 do FTM
3- por ano e por metro quadrado ..... 0,006 do FTM

II - Espaço ocupado por mercadorias ,nas feiras, S/ uso de qualquer móvel ou instalações, por dia e por metro quadrado:

1- Até dois metros quadrados ..... 0,0003 do FTM
2- mais de dois metros quadrados ..... 0,0007 do FTM

III - Espaço opupado por circos e parques de diversões, por semana ou fração e por metro quadrado ..... 0,0001 do FTM

I N D I C E G E R A L

TITULO I	-	DO SISTEMA TRIBUTÁRIO	
Capitulo I	-	Disposições Preliminares	1
Capitulo II	-	Fator Tributário Municipal - FTM	2
TITULO II	-	DOS IMPOSTOS	
Capitulo I	-	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana - ITU	4
Seção I	-	Fato Gerador e Contribuinte	4
Seção II	-	Base de calculo e aliquota	6
Seção III	-	Do Lançamento e Arrecadação	7
Seção IV	-	Isenções	9
Capitulo II	-	Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana - IPU	9
Seção I	-	Fato Gerador e Contribuinte	9
Seção II	-	Base de calculo e aliquota	11
Seção III	-	Do Lançamento e arrecadação	12
Seção IV	-	Isenções	12
Capitulo III	-	Imposto Sobre Serviços - ISS	13
Seção I	-	Fato Gerador e Contribuinte	13
Seção II	-	Base de calculo e aliquota	21
Seção III	-	Do Lançamento e Arrecadação	21
Seção IV	-	Isenções	24
Seção V	-	Responsabilidade Tributária	26
TITULO III	-	DAS TAXAS	
Capitulo I	-	Das Taxas Decorrentes do Exercicio do Poder de Policia Administrativa	27
Seção I	-	Do Fato Gerador e do Contribuinte	27
Seção I.1	-	Da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento	29
Seção I.2	-	Da Taxa de Licença para Publicidade	30
Seção I.3	-	Da Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares	31